



# Sumário

*Apresentação*, ix

*À guisa de prefácio*, xiii

*Considerações introdutórias*, 1

## 1 Perfil Histórico, 5

1 Fontes romanas, 5

1.1 Aspectos iniciais, 5

1.2 *Ordo iudiciorum privatorum*, 6

1.3 *Extraordinaria cognitio*, 11

1.4 Execução romana, 13

2 Breve estudo aos pronunciamentos judiciais canônicos, 19

2.1 Posição e premissas básicas ao estudo do direito material e processual canônico, 19

2.2 Jurisdição e organização judiciária, 26

2.3 Resolução da ação: a sentença canônica, 29

2.4 Requisito intrínseco: a certeza moral, 32

2.5 Requisitos extrínsecos: estruturação, motivação e publicação, 34

2.6 Estabilização dos julgados: a coisa julgada, 37

3 Pronunciamentos judiciais nos monumentos jurídicos lusitanos, 40

3.1 Posição inicial, 40

3.2 Sistema jurídico vigente e sistema de julgamentos na Península Ibérica no período pré-barbárico e durante a ocupação dos invasores

germânicos, 41

3.3 Península muçulmana e fase da reconquista, 47

3.4 Surgimento do reino português, 51

3.5 Fase das ordenações, 54

3.5.1 Ordenações Afonsinas, 55

3.5.2 Ordenações Manuelinas e Código Sebastião, 57

3.5.3 Ordenações Filipinas, 60

3.6 Reforma pombalina e Iluminismo, 63

3.7 Fase pós-pombalina e primórdios do processo brasileiro, 65

3.8 Direito subsidiário, 66

## 2 Conteúdos e Efeitos das Decisões Judiciais, 70

1 Natureza das decisões judiciais, 70

1.1 Considerações iniciais, 70

1.2 Direito e processo: uma necessária revisitação da processualística, 72

1.3 Tutela jurisdicional e sua classificação, 76

1.3.1 Classificação tradicional da tutela de conhecimento quanto a sua natureza, 81

1.3.1.1 Tutela meramente declaratória, 82

1.3.1.2 Tutela constitutiva, 87

1.3.1.3 Tutela condenatória, 91

1.3.2 A tese de Hellwig, 99

1.3.3 Eficácia do julgado no tempo, 102

1.3.4 Classificação quinária dos provimentos cognitivos, 106

1.3.4.1 Tutela executiva *lato sensu*, 106

1.3.4.2 Tutela mandamental, 111

2 Análise crítica da classificação quinária, 116

2.1 A crise da tutela cognitiva condenatória, 116

2.2 Inexistência de diversa natureza, 118

2.3 Inocorrência da correlação necessária entre condenação e execução, 122

3 Os efeitos da decisão, 126

3.1 Momento em que as decisões judiciais produzem efeitos, 126

3.2 Momento natural da produção de efeitos: o trânsito em julgado das decisões de mérito, 129

- 3.2.1 Ocorrência de efeitos diante da cognição exauriente, mas não definitiva, 131
  - 3.2.1.1 A questão no processo civil italiano, 133
  - 3.2.1.2 A solução francesa, 135
  - 3.2.1.3 Segue: Espanha, 136
  - 3.2.1.4 Segue: Portugal, 137
  - 3.2.1.5 Breve exame de outros sistemas, 138
- 3.2.2 Efeitos oriundos de cognição sumária, 139
- 3.2.3 Projeção de efeitos de cunho não condenatório e não coincidentes com a estabilização das decisões, 141
- 3.2.4 Hipóteses de projeção de efeitos imediatos da decisão, mesmo diante de recurso com eficácia suspensiva, 144
- 3.3 Efeitos executivos: tendências, 145
  - 3.3.1 Evolução legislativa, 146
  - 3.3.2 Execução direta e indireta, 151
  - 3.3.3 Exigibilidade da multa aplicada por força da tutela específica, 155
- 3.4 Efeitos dos atos processuais viciados, 156
- 4 Multiplicidade de conteúdos, efeitos e a não necessária correspondência entre conteúdos e efeitos, 162
  - 4.1 Premissa de Pontes de Miranda, 162
  - 4.2 Pluralidade de conteúdos e efeitos, 165
  - 4.3 Não-ocorrência da estrita correspondência entre conteúdo e efeito, 167
  - 4.4 Multiplicidade de efeitos da sentença, 177
- 3 Imunização dos Litígios, 179**
  - 1 Coisa julgada, 179
    - 1.1 Trânsito em julgado das decisões, 179
    - 1.2 Imunização das decisões jurisdicionais: conceito de coisa julgada, 179
  - 2.1 Aspecto constitucional do instituto, 188
    - 1.2.2 Manutenção das decisões imunizadas como garantia constitucional e observância à ordem democrática e ao Estado de Direito, 193

#### **4 Supressão de Efeitos das Decisões Imunizadas, 200**

- 1 Impugnação ao cumprimento da sentença condenatória, 200
  - 1.1 Impugnação com base na inconstitucionalidade da lei em que se baseia a sentença exequenda, 200
  - 1.2 Âmbito de cabimento desta impugnação, 201
    - 1.2.1 Declaração de inconstitucionalidade por via direta, 201
    - 1.2.2 Reconhecimento de inconstitucionalidade por via incidental, 202
    - 1.2.3 Hipóteses de aplicação ou interpretação tidas por incompatíveis com a Constituição Federal, 203
  - 1.3 Natureza da impugnação fundada no dispositivo legal em debate, 206

#### **5 Encerramento, 208**

- 1 Considerações finais, 208
- 2 Tópicos conclusivos, 211

*Referências, 221*